

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO TRIMESTRAL
PERÍODO DE 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2009**

METRO DO PORTO, S.A.**CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO TRIMESTRAL****PERÍODO DE 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2009****ÍNDICE**

	<u>Pág. n°(s).</u>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS RELEVANTES DO TRIMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	5
3.2 - Contas de Resultados	8
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	9
4.2-OrçamentodeExploração	10
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	12
7. NOTAS FINAIS	13
8. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	15

1. INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, instituiu o primeiro regime jurídico para a exploração de um sistema de metro ligeiro, na área metropolitana do Porto (AMP), em regime de exclusivo, a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP, a sociedade “Metro do Porto, S.A.”, inicialmente denominada “Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.”, foi constituída em 06 de Agosto de 1993. No âmbito desse objecto compreende-se a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante, além da própria exploração já referida.

O regime jurídico inicial foi objecto, ao longo dos anos, de algumas alterações, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Após a referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista da Empresa passou a ser a que consta no Quadro 1:

Quadro 1. - Estrutura accionista

Accionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial mantém-se em fase de revisão.

O mesmo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, estabeleceu as bases da Concessão, por um período de 50 anos, tendo sido, posteriormente, objecto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

O Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, permitiu a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

De acordo com a Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

O presente relatório foi preparado atendendo ao disposto no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio, e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa.

A sua elaboração teve como suporte principal os Balancetes do Razão mensais, as Demonstrações Financeiras de Setembro e as Notas Técnicas emitidas pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que contém as Informações de Gestão de Julho, Agosto e Setembro de 2009, sendo estas últimas analisadas em reuniões do Conselho de Administração.

2. ASPECTOS RELEVANTES DO TRIMESTRE

Até ao final do terceiro trimestre de 2009, registaram-se cerca de 39 milhões de validações, superiores em 3,2% ao registado em igual período de 2008.

Já depois de encerrado o trimestre, tivemos conhecimento, através de carta proveniente do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datada de 6/10/2009, que foi emitido um Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, assinado em 30/07/2009, que traça as orientações estratégicas e os objectivos anuais para o período 2009/2010.

3. ANÁLISE DAS CONTAS

A Empresa adopta os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis, impondo-se o princípio contabilístico do custo histórico. A divulgação das demonstrações financeiras adopta, por vezes, com carácter supletivo, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Na valorização dos investimentos financeiros da Empresa é utilizado o método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage.

Passamos a analisar os desvios mais relevantes em relação aos saldos do fim do exercício anterior, nas contas de balanço e aos saldos do período homólogo de 2008, nas contas de resultados. Salvo excepções, em contas com informação de interesse especial, são evidenciados

os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 10 nas contas de balanço e de M€ 5 nas contas de resultados.

3.1 - CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Empréstimos Obtidos

O saldo desta conta teve, até Setembro de 2009, a evolução que se apresenta no Quadro 2:

Quadro 2: Financiamento Bancário

	Saldo em dívida em 31-12-2008	Utilizações e Amortizações		Saldo em dívida em 30-09-2009
		Unidade: euros		
		1.º e 2.º Trim. 2009	3.º Trim. 2009	
Médio e Longo Prazo	1.734.039.069	30.000.000	180.000.000	1.944.039.069
- BEI	767.039.069	30.000.000	0	797.039.069
- Outro	967.000.000	0	180.000.000	1.147.000.000
Curto Prazo	32.077.084	66.345.957	-76.036.596	22.386.445
- BEI	6.650.639	0	-6.650.639	0
- Outro	25.426.445	66.345.957	-69.385.957	22386445
Total	1.766.116.153	96.345.957	103.963.404	1.966.425.514

No terceiro trimestre de 2009, verificou-se um aumento do endividamento bancário da Empresa, no valor de m€ 103 963, sendo que:

- O endividamento bancário de médio e longo prazo aumentou m€ 180 000 em resultado da:
 - ✓ utilização de m€ 85 000, do contrato com o Deutsche Bank;
 - ✓ utilização de m€ 75 000, do contrato com o Nomura (BPI);
 - ✓ utilização de m€ 20 000, do contrato com o BES (Cont DB).

Estas contratações, no total de M€ 180, foram aceites pelas Tutelas, conforme referênciana acta n.º 285 da reunião do Conselho de Administração de 30/06/2009.

- ✓ O endividamento bancário de curto prazo teve uma redução global de m€ 76 037, respeitante à anulação de saldos dos seguintes contratos de conta corrente anteriormente negociados com os bancos e à amortização de empréstimos antigos:

	m€
Millennium BCP	33.570
CGD	10.000
BPI	9.786
Santander	9.780
Barclays	5.000
Subtotal	68.136
Amortizações de empréstimos antigos:	
Santander Totta/Depha Bank	1.250
BEI	6.651
	76.037

O Quadro 3. explicita a evolução dos níveis de endividamento desde o início de 2009, evidenciando que este se encontra aquém dos limites autorizados para este ano.

Quadro 3 - Endividamento Bancário

	Unidade: M€
Montante em dívida em 31/12/2008	1.766,1
Acréscimo líquido de endividamento autorizado para 2009	470,0
Limite máximo aprovado para o endividamento bancário em 31/12/2009	2.236,1
Montante em dívida em 30/09/2009	1.966,4
Acréscimo líquido do Endividamento até 30/09/2009	200,3
Saldo disponível para endividamento adicional	269,7

O acréscimo da dívida às instituições financeiras está aprovado pelas Tutelas, pelo que consideramos cumprido o disposto no art.º 5º do Acordo Parassocial (embora a sua aplicabilidade esteja prejudicada, dado o valor negativo da Situação Líquida) e o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

3.1.2 Outros Devedores e Credores

Verificou-se uma redução do saldo credor desta conta de m€ 15 054 (7%), que passou de m€ 227 178, no fim do exercício de 2008, para m€ 212 124 no final de Setembro de 2009.

O Quadro 4 apresenta as principais variações por rubricas do balanço e por entidades:

Quadro 4. Variações por rubricas do balanço e por entidades

Unidade: milhares de euros

	Setembro/2009	Dezembro/2008
OUTROS DEVEDORES		
Por rubricas do balanço		
Outros devedores	1.240	1.740
Subscritores de capital	177	177
Total	1.417	1.917
Por entidade		
Nada a considerar		
	Setembro/2009	Dezembro/2008
OUTROS CREDITORES		
Por rubricas do balanço		
Outros credores - médio e longo prazo	183.918	183.918
Fornecedores de imobilizado, c/c - curto prazo	21.633	28.214
Outros credores - curto prazo	7.990	16.964
Total	213.541	229.096
Por entidade		
Normetro, ACE	1.070	15.451
GACE Gondomar, ACE	6.632	0
Nortrem, ACE	189.631	198.858
Outros credores	16.208	14.787
Total	213.541	229.096
Saldo da conta Outros devedores e credores	212.124	227.179

Salienta-se que em "Outros Devedores" não há entidades com variações de saldos superiores a m€ 5 000.

Por sua vez, em "Outros Credores", por entidades, com variações de saldos iguais ou superiores a m€ 5 000, temos:

- Normetro, ACE: o saldo desta conta teve uma redução de m€ 14 381, desde Dezembro de 2008, que resulta, por um lado, de facturas emitidas pelo Normetro, ACE, de m€ 19 529, e, por outro, de pagamentos efectuados pela Metro, no montante de m€ 33 910.

- GACE Gondomar, ACE: o aumento, até 30 de Setembro de 2009, de m€ 6 632, decorre de facturação no valor de m€ 14 421 e de pagamentos da Metro no valor de m€ 7 789.

- Nortrem, ACE: a redução do saldo até 30 de Setembro de 2009, no valor de m€ 9 227, decorre do pagamento de rendas do leasing dos veículos do metro ligeiro, a que se deduziram os valores respeitantes à manutenção dos mesmos veículos.

3.1.3 Imobilizações em Curso

Esta conta teve um aumento de m€ 110 847 (44%) em relação a Dezembro de 2008. Esta variação decorre de aumentos de m€ 5 682 em imobilizações incorpóreas e de m€ 105 165 em imobilizações corpóreas, reflectindo o andamento das obras de construção em curso.

3.1.4 Prestações do Concedente

O saldo desta rubrica não teve variação no terceiro trimestre, mas, desde o início do exercício, teve um aumento de m€ 28 037, referente a transferências efectuadas pelo FEDER (m€ 19 731) e pelo Fundo de Coesão (m€ 8 306), tendo o saldo passado de m€ 478 961, no fim de 2008, para m€ 506 998, no final de Setembro de 2009.

O montante recebido do FEDER é já líquido de correcções financeiras decorrentes do processo de auditoria que incidiu sobre este projecto.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

3.2.1 Custos e Perdas

3.2.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo desta rubrica ascendia a m€ 73 685, no final deste terceiro trimestre, apresentando aumento de m€ 14 003 (23%) face a igual período do exercício anterior

Do valor registado até Setembro de 2009, m€ 36 947 (50%) dizem respeito a subcontratos com o Normetro - ACE (+m€ 3 791 do que em 2008) relacionados com a operação comercial de exploração da actividade de transporte de passageiros.

As rendas de leasing de veículos do Metro ligeiro (m€ 11 632), a conservação e reparação (m€ 10 441), a vigilância e segurança (m€ 2 958) e os trabalhos especializados (m€ 7 891) assumem, praticamente, os restantes 50% desta conta.

A variação, em relação ao período homólogo de 2008, resulta, essencialmente, do aumento dos subcontratos e da conservação e reparação.

No entanto, os custos dos Fornecimentos e Serviços Externos estão sobreavaliados porque a subconta de conservação e reparação inclui a totalidade dos custos de 2009 referentes à revisão geral dos veículos Eurotram (m€ 9 435 até 30 de Setembro), mas, no orçamento para 2009, está prevista a repartição destes custos por 5 exercícios.

3.2.1.2 Impostos

Relativamente aos processos de contra-ordenação decorrentes da acção inspectiva da Inspeção Tributária, já referida nos Relatórios do 1.º e 2.º trimestres de 2009, tomámos conhecimento de que continuavam a ser enviadas para a empresa notas de liquidação respeitantes ao valor do IVA deduzido pela Metro do Porto, relativo a obras de requalificação urbana, e que a Inspeção Tributária não aceita essa dedução.

Este assunto, conforme já referenciado, está em via contenciosa, tendo a empresa contestado essas notas de liquidação através de um consultor fiscal e de um gabinete jurídicoexternos à Metro do Porto, aguardando a decisão do tribunal.

Estamos a apurar, com rigor, os valores mais recentes desta situação.

3.2.1.3 Custos e Perdas Financeiros

Esta conta teve uma redução de m€ 9 094 (18%) comparativamente com o período homólogo de 2008, que resulta, fundamentalmente, da redução generalizada das taxas de juro.

4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

A Metro do Porto realizou, até 30 de Setembro de 2009, investimentos no montante de M€ 94,6 (36,0% do orçamento anual), tendo realizado M€ 37,7 em igual período de 2008.

O investimento plurianual no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, ascendia, até 30 de Setembro, a M€ 2 097 (líquidos da alienação do material circulante).

O Quadro 5. apresenta os valores mais significativos da execução orçamental até 30 de Setembro.

Quadro 5. - Execução Orçamental

Rubricas	Unidade: m€	
	Execução/Valor	Execução/percentagem
Revisão de preços e outros inerentes	24 204	114,9%
Duplicação da linha da Trofa	3 200	45,6%
Material circulante - duplicações	23 433	63,5%
Outros	16 911	35,3%
Adaptações no PMO de Guifões	5 762	70,3%
Linha Antas-Cabanas	14 945	21,3%
Estudos com outros projectos	2 804	74,1%

A despesa de investimento na “Revisão de preços e outros inerentes” compreende trabalhos a mais (m€ 16 138), expropriações de terrenos e recursos naturais (m€ 7 671) e revisão de preços (m€ 395). De referir que a execução, até Setembro de 2009, excedeu em m€ 3 140 (14,9%) o valor do orçamento do exercício, para esta rubrica. O desvio verificou-se, por um lado, nas expropriações, que ultrapassaram o orçamento e, por outro, nas revisões de preços e trabalhos a mais em que a realização ficou aquém do orçamentado.

A rubrica “Duplicação da linha da Trofa” apresenta o valor de m€ 3 200 (45,6% do orçamento), referindo-se, essencialmente, a compatibilização urbana (m€ 1 651) e a expropriações (m€ 1 548).

Na rubrica “Material circulante - duplicações”, o investimento atingiu o valor de m€ 23 433 (63,5% do orçamento).

A execução orçamental de “Outros” foi, até 30 de Setembro, de m€ 16 911 (35,3% do orçamento), distribuindo-se por trabalhos de compatibilização urbana, infra-estruturas e arruamentos nas linhas A, B, C e D (m€ 6 944), nova fiscalização (m€ 4 980), custos financeiros (m€ 3 453), custos gerais (m€ 842) e outros pequenos investimentos, realizados com outros fornecimentos e serviços externos, estudos e projectos e videovigilância de veículos (m€ 692).

Em "Adaptações do Parque de Manutenção e Oficinas de Guiões" a despesa de investimento, no montante de m€ 5 762 (70,3% do valor orçamentado para 2009), refere-se a obras de adaptação para possibilitar a recepção, estacionamento e manutenção dos novos veículos de material circulante, tram-train.

No que respeita à "Linha Antas - Cabanas" (Gondomar) foram investidos até Setembro de 2009, apenas, m€ 14 945, ou seja, 21,3% do orçamento anual, compreendendo expropriações (m€ 11 007), infra-estrutura (m€ 2 757), estudos, projectos e fiscalização (m€ 862) e outros valores de pequena relevância (m€ 319).

Em "Estudos com outros projectos" foram investidos m€ 2 804 que correspondem a 74,1% do orçamento.

Foram efectuados investimentos diminutos que não estavam orçamentados, no valor m€ 22, o que consideramos irrelevante.

4.2 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

No que respeita à exploração, apuraram-se os desvios que constam do Quadro 6.

Quadro 6. - Orçamento de exploração/2009

Unidade: m€

DESCRIÇÃO	Orçamento Anual	Real 2009	Desvios	Execução
	2009	até 30 de Setembro		
Custos e Perdas				
Fornecimentos e serviços externos	89.675	73.685	15.990	82%
Custos com o Pessoal	7.031	4.159	2.872	59%
Amortizações e ajustamentos do exercício	54.000	38.910	15.090	72%
Impostos	3.526	2.464	1.062	70%
Outros custos e perdas operacionais	28	22	6	79%
Custos e perdas financeiros	90.000	42.173	47.827	47%
Custos e perdas extraordinários	0	355	-355	
Imposto s/o rendimento exercício	32	0	32	0%
Total de custos e perdas	244.291	161.769	82.522	66%
Proveitos e ganhos				
Prestações de serviços	37.995	25.363	12.632	67%
Proveitos suplementares	48	34	14	71%
Subsídios à exploração (a)	12.670	8.370	4.300	66%
Trabalhos para a própria empresa	13.852	0	13.852	0%
Proveitos e ganhos financeiros	795	13	782	2%
Proveitos e ganhos extraordinários	621	1.584	-963	255%
Total de proveitos e ganhos	65.980	35.364	30.616	54%
Resultado líquido do exercício	-178.310	-126.406	-51.904	

(a) referentes a Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte.

A análise da execução do orçamento de exploração apenas atende às variações significativas em termos monetários e que, simultaneamente, se afastem bastante da percentagem de 75%. Assim sendo, temos:

- **Fornecimentos e Serviços Externos:** Os custos com esta rubrica correspondem a 82% do valor orçamentado para 2009, salientando-se um agravamento. O desvio apurado tem por principais razões:
 - ✓ o acréscimo de custos da operação comercial (Normetro);
 - ✓ e o acentuado aumento contabilizado na conservação e reparação, sobretudo dos veículos Eurotram.
- **Custos e Perdas Financeiros:** Embora tenha ocorrido um agravamento do financiamento bancário desde o princípio do exercício até 30 de Setembro de 2009, no montante de M€ 200,3, os custos e perdas financeiros tiveram uma redução em relação ao orçamentado, que decorre, essencialmente, do abaixamento generalizado das taxas de juro.
- **Prestações de Serviços:** A execução desta rubrica atingiu em 30 de Setembro a percentagem de 67% do orçamento anual, ficando aquém do previsto. Devemos, no entanto, referir que a previsão de receita de Prestações Serviços para 2009 assenta em dois números e respectivas variações face aos valores projectados de execução para final de 2008.
Com efeito, à data de elaboração do orçamento para 2009 (Outubro/Novembro de 2008), foram assumidos pela empresa os seguintes pressupostos:
 - Passageiros km seriam 265 342 544
 - Receita por passageiro Km seria 11,23 cêntimosNo entanto, no final de 2008, verificou-se que os passageiros km foram apenas de 259 361 162, o que corresponde a uma variação negativa de 2,3% face ao projectado para 2008. Já a receita real por passageiro km foi de 11,25 cêntimos, representando uma variação positiva de 0,2% sobre o valor projectado para 2008.
Adicionalmente, a Metro assumiu que para 2009 os passageiros km cresceriam 6,1% e a receita por passageiro km cresceria 3,3%. No entanto, estas duas rubricas cresceram até Setembro de 2009 1,9% e 1,2%, respectivamente, em relação ao período homólogo de 2008.
O comportamento de todos estes factores justifica a sub execução da rubrica Prestações de Serviços.
- **Subsídios à Exploração:** Até 30 de Setembro de 2009, a execução orçamental foi de m€ 8 370 (66% do orçamento). No entanto, o valor das indemnizações compensatórias para 2009 ainda não foi fixado pelo Governo. Por este motivo, o valor registado pela contabilidade da Empresa teve como referência o montante atribuído em 2008.
- **Trabalhos para a Própria Empresa:** Até 30 de Setembro não foi registado qualquer valor nesta rubrica, porque a Empresa tem como procedimento habitual a relevação destes custos apenas no final do exercício.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Foi registado até ao final do terceiro trimestre de 2009 um resultado líquido negativo de m€ 126 406, tendo sido apurado um resultado, também negativo, em igual período de 2008, de m€ 123 412, traduzindo um agravamento de m€ 2 994 (2,43%).

Os proveitos totais atingiram o montante de m€ 35 364, com um aumento de 5% em relação a igual período de 2008. Os custos totais, no valor de m€ 161 769, apresentam um crescimento de 3% relativamente a Setembro de 2008.

Entretanto, nos resultados operacionais, a Metro apurou um resultado negativo de m€ 85 474, contra m€ 73 170, até Setembro de 2008, também negativos, o que representa um agravamento de 17%.

Para o agravamento dos resultados líquidos, em relação ao período homólogo do exercício anterior, contribuíram, especialmente, os Fornecimentos e Serviços Externos (+m€ 14 003), as Amortizações e Ajustamentos do Exercício (+m€ 1 054) e os Proveitos e Ganhos Financeiros (-m€ 955). Em sentido contrário, registam-se, essencialmente, os Impostos (-m€ 1 744), os Custos e Perdas Financeiros (-m€ 9 094), as Prestações de Serviços (+m€ 661), os Subsídios à Exploração (+m€ 601) e os Proveitos e Ganhos Extraordinários (+m€ 1 516).

5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Situação Líquida da Metro do Porto (-m€ 166 585 em 30 de Setembro de 2009) é crescentemente negativa, como temos vindo a referir, mesmo não reconhecendo no Passivo as Prestações do Concedente (m€ 506 998).

O Passivo registou até 30 de Setembro de 2009 um aumento de m€ 175 178 (8%).

Esta variação resulta, por um lado, do aumento de dívidas de médio e longo prazo a instituições de crédito (+m€ 210 000) e a fornecedores c/c (+m€ 3 711) e, por outro, da redução de dívidas de curto prazo a instituições de crédito (-m€ 9 691), a fornecedores de imobilizado c/c (-m€ 6 580) e a outros credores (-m€ 8 973), assim como a diminuição dos montantes respeitantes a acréscimos de custos (-m€ 10 332) e a proveitos diferidos (- m€ 2 938).

Neste terceiro trimestre de 2009, o auto-financiamento foi negativo, de m€ 87 496, sendo também negativo em Setembro de 2008, de m€ 85 556.

6. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

6.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e regulados pelo Despacho n.º 14277/2008, de 23/05, do Ministro de Estado e das Finanças

A empresa cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspecção-Geral de Finanças, à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, dos seguintes documentos:

- a) Plano de actividades anuais e plurianuais;
- b) Orçamento anual para 2009;



- c) Plano de investimentos anuais e plurianuais;
- d) Documento de prestação anual das contas individuais acompanhadas dos relatórios dos auditores externos e do relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pela Empresa e pelo órgão de fiscalização, estes últimos com algum atraso. Como o órgão de fiscalização aguarda a elaboração definitiva da relevação contabilística, os respectivos relatórios não seguem ao mesmo tempo que o relatório trimestral de execução orçamental enviado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- f) Cópia da acta da Assembleia Geral Anual.

Por outro lado, a Metro do Porto tem vindo a assegurar a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), da generalidade da informação de natureza económica e financeira necessária.

Tivemos conhecimento, por carta de 6/10/2009, do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e da Administração Pública e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que estabeleceu as orientações estratégicas e os objectivos de gestão anuais, para o período de 2009/2010.

6.2. RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro - Prazo médio de pagamentos (PMP)

No final do trimestre, o PMP da empresa foi de 81 dias o que representa uma redução de 45 dias face ao período homólogo do ano anterior (126 dias). A avaliação do grau de cumprimento dos objectivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano. No entanto, a título indicativo, pode referir-se que a redução do PMP antes referida corresponde a um decréscimo de 35,7%, traduzindo a superação do objectivo estipulado na RCM n.º 34/2008, que fixou uma redução entre 15% e 25% para as empresas com PMP superior ou igual a 45 dias.

6.3. RCM n.º 49/2007, de 28 de Março - Princípios de bom governo

Pela análise efectuada, a empresa cumpre na generalidade os Princípios de Bom Governo fixados pela RCM n.º 49/2007.

Apenas há algumas lacunas, nomeadamente a inexistência do Plano de Igualdade e do Código de Ética.

7. NOTAS FINAIS

A Metro do Porto apresenta uma Situação Líquida negativa desde 30 de Junho de 2008, situação que aconselha a implementação de solução com vista ao reforço da cobertura do capital da empresa.

A Situação Líquida negativa tem como consequência o incumprimento do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Acresce que, neste condicionalismo, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial inviabilizaria a gestão corrente da Empresa, justificando-se, em nosso entender, a conclusão da revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao referido artigo.

Fomos informados pelo Conselho de Administração que as Tutelas autorizaram um acréscimo líquido de endividamento de M€ 470, em 2009.


Os financiamentos bancários utilizados no 3.º trimestre não careceram de pedido prévio de autorização ao Estado, porquanto se encontravam previstos no orçamento apresentado.

Não foi, ainda, formalizado o contrato de prestação de serviço público, previsto na Base XV das Bases da Concessão, no âmbito do qual o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem conduzido à acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento foi negativo, no fim deste trimestre, no montante de m€ 87 496.

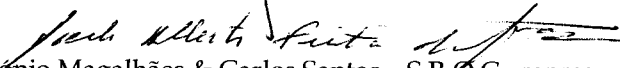
Considerando o elevado passivo financeiro, resultante da construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, será desejável que, a breve prazo, sejam tomadas medidas com vista à resolução deste problema, com reflexos fortemente negativos nos custos financeiros e na Situação Líquida da Empresa.

Porto, 3 de Dezembro de 2009

O Conselho Fiscal


Dra. Maria Fernanda Joana Silva Martins - Presidente

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal


António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal



8. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Codigo das contas	Activo	2009			Dezembro 2008
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação.....	84.533.605	9.280.039	75.253.566	76.747.728
432	Despesas de investigação e desenvolvimento.....				
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....	102.955.865		102.955.865	97.274.282
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....				
		187.489.471	9.280.039	178.209.432	174.022.010
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais.....	136.469.819		136.469.819	136.469.819
422	Edifícios e outras construções.....	1.265.587.934	179.661.517	1.085.926.417	1.115.544.441
423	Equipamento básico.....	234.207.211	37.887.516	196.319.695	203.631.537
424	Equipamento de transporte.....	751.245	627.409	123.836	273.984
425	Ferramentas e utensílios.....	281.642	279.378	2.264	11.197
426	Equipamento administrativo.....	2.839.389	2.710.822	128.567	216.475
427	Taras e vasilhame.....				
429	Outras Imobilizações Corpóreas.....	6.831.917		6.831.917	6.831.917
441/6	Imobilizações em curso.....	262.445.628		262.445.628	157.280.285
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....				
		1.909.414.785	221.166.642	1.688.248.143	1.620.259.655
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....	1.467		1.467	1.467
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....	262.278		262.278	324.320
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras.....				
	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....				
		263.745		263.745	325.788
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....				
33	Produtos acabados e intermédios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes c/c.....	6.654.027		6.654.027	8.176.441
212	Clientes - Títulos a Receber.....				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....				28.675
251+255	Outros Accionistas (sócios).....	1.784		1.784	1.784
229	Adiantamentos a fornecedores.....				284.078
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....				
24	Estado e outros entes públicos.....	23.736.812		23.736.812	14.070.512
262+266/8+221	Outros devedores.....	1.240.449		1.240.449	1.739.794
264	Subscritores de capital.....	177.250		177.250	177.250
		31.810.320		31.810.320	24.478.533
	Títulos negociáveis:				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis.....				
18	Outras aplicações de tesouraria.....				
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	3.111.283		3.111.283	1.148.694
11	Caixa.....	1.520		1.520	1.520
		3.112.804		3.112.804	1.150.214
	Acrescimos e diferimentos:				
271	Acrescimos de proveitos.....	11.306.224		11.306.224	4.336.225
272	Custos diferidos.....	224.951.788		224.951.788	236.435.695
		236.258.012		236.258.012	240.771.920
	Total de amortizações.....		230.446.681		
	Total dos ajustamentos.....				
	Total do activo.....	2.368.349.136	230.446.681	2.137.902.456	2.061.008.120



EMPRESA: METRO DO PORTO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009		Unidade:EUROS	
Codigo das Contas	Situação líquida e passivo	2009	Dezembro 2008
	Situação líquida:		
51	Capital.....	7.500.000	7.500.000
521	Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....		
522	Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....		
53	Prestações acessórias.....	179.033	179.033
54	Prémios de emissão de accoes (quotas).....		
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	194.466	54.687
56	Reservas de reavaliacao.....		
	Reservas:		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas estatutarias.....		
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras reservas.....		
59	Resultados transitados.....	(555.051.224)	(406.377.060)
	Subtotal.....	(547.177.725)	(398.643.340)
88	Resultado Líquido do exercicio.....	(126.405.778)	(148.619.199)
89	Dividendos antecipados.....		
	Subtotal.....	(673.583.503)	(547.262.539)
581	Prestações do concedente (n.º 5 da Base XXVII).....	506.998.342	478.961.360
	Total da situação líquida.....	(166.585.160)	(68.301.179)
	Passivo:		
	Provisões :		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões.....	14.417.825	14.417.825
		14.417.825	14.417.825
	Dividas a terceiros - Medio e longo prazo:		
	Emprestimos por obrigacoes:		
2322	Nao convertiveis.....		
233	Emprestimos por titulos de participacao.....		
231+12	Dividas a instituicoes de credito.....	1.944.039.069	1.734.039.069
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
239	Outros emprestimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....		
262/8+211	Outros credores.....	183.917.812	183.917.812
		2.127.956.881	1.917.956.881
	Dividas a terceiros - Curto prazo:		
	Emprestimos por obrigacoes:		
2322	Nao convertiveis.....		
233	Emprestimos por titulos de participacao.....		
231+12	Dividas a instituicoes de credito.....	22.386.445	32.077.084
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores, c/c.....	18.952.943	15.242.074
228	Fornecedores - Facturas em recepcao e conferencia.....		
222	Fornecedores - Titulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Titulos a pagar.....		
252	Empresas do grupo.....		
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de clientes.....		
239	Outros emprestimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c.....	21.633.817	28.213.983
24	Estado e outros entes publicos.....	208.363	226.691
262/8+211	Outros credores.....	7.990.539	16.963.896
		71.172.108	92.723.728
	Acrescimos e diferimentos:		
273	Acrescimos de custos.....	14.445.184	24.776.715
274	Proveitos diferidos.....	76.495.618	79.434.150
		90.940.802	104.210.864
	Total do passivo.....	2.304.487.616	2.129.309.299
	Total da situação líquida e do passivo.....	2.137.902.456	2.061.008.120



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009		Unidade:EUROS	
Código das contas		2009	2008
	Custos e perdas		
61	Custo das mercadorias vendidas e das materias consumidas:		
	Mercadorias.....		
	Materias		
62	Fornecimentos e serviços externos.....	73.685.443	59.682.152
641+642	Custos com o pessoal :		
	Remunerações	3.027.256	3.008.475
	Encargos sociais :		
643+644	Pensões		
645/8	Outros	1.132.028	895.619
662+663	Amortizações do imobilizado corporeo e incorporeo	38.910.106	37.855.926
67	Provisões	38.910.106	37.855.926
63	Impostos	2.464.192	4.208.257
65	Outros custos e perdas operacionais	22.442	20.632
		2.486.633	4.228.889
	(A)	119.241.466	105.671.061
682	Perdas em empresas do grupo e associadas.....		
683+684	Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros		
681+685/8	Juros e custos similares		
	Relativo a empresas do grupo		
	Outros	42.172.916	51.266.587
		42.172.916	51.266.587
	(C)	161.414.383	156.937.647
69	Custos e perdas extraordinarios	355.066	10.320
	(E)	161.769.449	156.947.967
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio		
	(G)	161.769.449	156.947.967
88	Resultado liquido do exercicio	(126.405.778)	(123.411.593)
		35.363.671	33.536.374
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas		
	Mercadorias.....		
	Produtos		
72	Prestações de serviços.....	25.362.985	24.701.509
		25.362.985	24.701.509
75	Variacao da producao		
73	Trabalhos para a propria empresa.....		
74	Proveitos suplementares.....	33.800	30.250
76	Subsidios a exploração	8.370.247	7.769.241
	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.404.047	7.799.491
	(B)	33.767.032	32.501.000
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas.....		
784	Rendimentos de participacoes de capital.....		
7812+7815/6+783	Rendimentos de titulos negociaveis e de outras aplic. financeiras.....		
	Relativo a empresas do grupo		
	Outros		
7811+7813/4/7818+	Outros juros e proveitos similares		
+785/8	Relativo a empresas do grupo	12.578	967.346
	Outros	12.578	967.346
	(D)	33.779.609	33.468.346
79	Proveitos e ganhos extraordinarios	1.584.062	68.028
	(F)	35.363.671	33.536.374
	RESUMO :		
	Resultados operacionais : (B) - (A) =	(85.474.435)	(73.170.060)
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =	(42.160.339)	(50.299.241)
	Resultados correntes : (D) - (C) =	(127.634.773)	(123.469.301)
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) =	(126.405.778)	(123.411.593)
	Resultado liquido do exercicio : (F) - (G) =	(126.405.778)	(123.411.593)

a) Os subsídios à exploração contém indemnizações compensatórias de m€ 8 370 não atribuídas pelo Governo.